

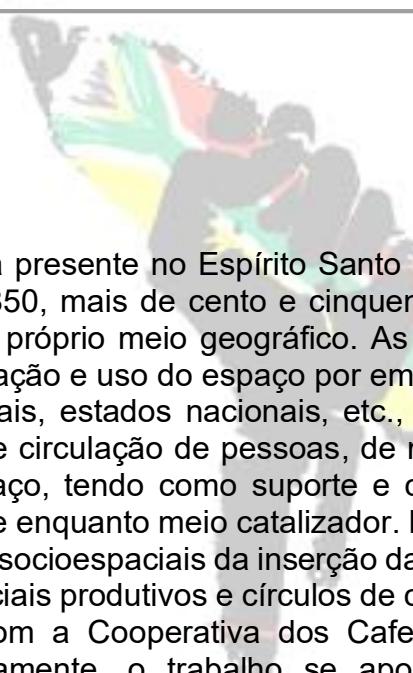


Círcito espacial produtivo e círculos de cooperação: proposta de análise da cafeicultura do Sul do Espírito Santo

Marco Túlio Moraes Velasque Silva, discente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, bolsista CNPq, velasque_marco@id.uff.br

Erika Vanessa Moreira Santos, Profª. Drª. da Universidade Federal Fluminense, erikavanessa@gmail.com.

Resumo



A cafeicultura está presente no Espírito Santo desde o princípio do processo do povoamento, após 1850, mais de cento e cinquenta anos se passaram e muita coisa mudou, destarte o próprio meio geográfico. As transformações conduziram a novas formas de organização e uso do espaço por empresas, organizações, bancos, corporações transnacionais, estados nacionais, etc., que pressupõem aumento de fluidez na comunicação e circulação de pessoas, de mercadorias e, principalmente, de informação pelo espaço, tendo como suporte e condição as infraestruturas de comunicação e transporte enquanto meio catalizador. Este trabalho propõe identificar as possíveis implicações socioespaciais da inserção da cafeicultura do Sul do Espírito Santo nos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação no espaço, através de uma aproximação com a Cooperativa dos Cafeicultores do Espírito Santo – CAFESUL. Metodologicamente, o trabalho se apoia em técnicas de pesquisa qualitativa, como a revisão bibliográfica narrativa de teses, livros, artigos, reportagens e outros documentos oficiais de organizações públicas, empresariais ou associativas; a coleta de dados secundários em instituições públicas e outras organizações; e campo exploratório na cooperativa. O desejo de se estudar a cooperativa surge do instinto do autor que, em contato com a informação acerca das transformações em andamento na política da agricultura estadual em 2023 – propondo o “desenvolvimento sustentável da cafeicultura” com suporte num sistema de certificações vinculado à Nestlé – observa na CAFESUL um movimento distinto de “modernização” de suas práticas e normas após a inserção na Rede Fairtrade International ainda em 2008.

Palavras-chave: Geografia; Espaço; Desenvolvimento sustentável; Circuitos espaciais produtivos; Círculos de cooperação no espaço.





Abstract

Coffee farming has been present in Espírito Santo since the beginning of the settlement process after 1850. Over a hundred and fifty years have passed, and much has changed—including the geographical environment itself. These transformations have led to new forms of spatial organization and use by businesses, organizations, banks, transnational corporations, nation-states, and others, which presuppose increased fluidity in communication and the circulation of people, goods, and—above all—information across space. This fluidity is supported and enabled by communication and transportation infrastructures as catalytic mediums. This study aims to identify the potential socio-spatial implications of integrating coffee farming from southern Espírito Santo into productive spatial circuits and circles of cooperation, through an engagement with the Cooperativa dos Cafeicultores do Espírito Santo (CAFESUL). Methodologically, the research relies on qualitative techniques, including: a narrative bibliographic review of theses, books, articles, reports, and official documents from public, corporate, or associative organizations; the collection of secondary data from public institutions and other organizations; exploratory fieldwork at the cooperative. The motivation to study the cooperative stems from the author's instinctive observation in contact with the ongoing transformations in the state's agricultural policy in 2023 – which proposed the “sustainable development of coffee farming” backed by a certification system linked to Nestlé – the author noted that CAFESUL had undergone a distinct process of “modernization” in its practices and norms following its inclusion in the Fairtrade International network as early as 2008.

Keywords: Geography; space; sustainable development; productive spatial circuits; cooperation circles in space.

1. Introdução

A relevância da cafeicultura capixaba tem aumentado ao longo dos últimos cinquenta anos, seja quantitativa como qualitativamente, evocando o debate acerca



dos benefícios e das problemáticas relacionadas às práticas convencionais na produção desta *commodity*, como a degradação dos solos, o trabalho precário, o desmatamento, o uso de produtos químicos prejudiciais à saúde, etc.

Neste sentido, desde 2023 o governo do Espírito Santo tem desempenhado um papel ativo nos investimentos estratégicos na transição do modelo de *commodity* convencional para um outro de “cafeicultura sustentável” certificada, inaugurando um movimento com estratégias diversas para atingir tal objetivo, envolvendo entre outras coisas, a certificação 4C Services (Espírito Santo, 2025), da Nestlé, que, segundo o governo está alinhada aos moldes da Plataforma Global de Café (PGC).

Alternativamente, outros atores também agem no terreno no intento de promover “sustentabilidade” e justiça social através de ações interinstitucionais e interescalares, como é o caso da Cooperativa de Cafeicultores do Sul do Espírito Santo – CAFESUL (CAFESUL, 2025), há mais de 15 anos associada à Rede *Fairtrade International*. Esta organização, sediada em Colônia, Alemanha, é integrante de um “movimento global pelo comércio justo”, com uma proposta de governança com boas práticas ambientais, sociais e agrícolas, através de sua certificadora – a *FLOCERT* (Fairtrade, 2025).

A hipótese deste trabalho é de que a CAFESUL está inserida em uma região do circuito espacial de produção (Castillo e Frederico, 2010) do café conilon originada de uma regionalização estatal (Região Sul Capixaba..., 2025), e está inserida em círculos de cooperação, apresentando parcerias com empresas públicas, privadas e outros tipos de organizações, cujas implicações socioespaciais dependem e reconhecem a importância ao mesmo tempo da participação e colaboração dos cooperados quanto do espaço geográfico e de ações articuladas com outros agentes em outras instâncias político-normativas.

A Região Sul Capixaba dos Vales e Café é composta por cinco municípios: Apiacá, Atílio Vivácqua, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui. Juntos, segundo o IBGE (2025), somam 241.769 habitantes, sendo Cachoeiro de Itapemirim o maior centro urbano da Região Sul do Espírito Santo (regionalização estadual administrativa) e o maior em população, representando 76,84% do total da população (185.786 hab) e Muqui, o município onde localiza-se a sede da CAFESUL, correspondente à 5,68% (13.745 hab) do total. O município de Muqui é ligado à

Cachoeiro de Itapemirim pela rodovia federal BR-393 por um trecho de menos de 40 km.

Portanto, este trabalho tem por objetivo apreender a inserção da Região Sul Capixaba dos Vales e Café no Espírito Santo nos circuitos espaciais produtivos do café e nos círculos de cooperação no espaço em uma aproximação empírica com a CAFESUL. A regionalização estatal aparece aqui enquanto recorte espacial aliado dos processos de globalização e fragmentação. Compreendemos que, apesar de uma neoliberalização e privatização de parte das funções do Estado com o fim da ditadura, legando a regulação da produção à agentes externos (Frederico, 2013a), por exemplo, as ações do Estado ainda são muito relevantes na promoção, financiamento e consecução de grandes intervenções (Limonad, 2014), e estas intervenções ainda se dão territorialmente através das dimensões espaciais, sociais e simbólicas, como as regionalizações.

2. Metodologia

Em uma perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética, como coloca Sposito (2004, p. 52-55), procurando uma construção dinâmica da realidade, a metodologia se constituiu de técnicas qualitativas, como a revisão bibliográfica de livros impressos e digitais, artigos científicos, dissertações, teses e outras produções digitais, como *sites* e revistas de organizações não acadêmicas, através da *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações*, *Periódico CAPES*, *Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER*, *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA* e outros mecanismos de busca como o *DuckDuckGo* e o *Google*, revistas científicas da geografia como o *Boletim Campineiro de Geografia*, *GEOgraphia*, *Revista Campo-Território*, *Espaço e Economia*, *Revista Sociedade e Natureza*, *Revista Cofins*, etc.; coleta e sistematização de dados secundários de instituições públicas e outras organizações como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, da International Coffee Organization – ICO; e campo exploratório na CAFESUL, com vistas a estabelecer o primeiro contato e aproximação com o objeto de estudos.

O presente método de pesquisa garante que o objeto de pesquisa não seja estático, mas sim uma construção contínua sujeito-objeto (Sposito, 2004) guiada pela intuição e pela questão-problema. Visto que esta deve indicar o campo de observação e os limites (Rudio, 1985), dando um ponto de partida e um ponto de chegada, a questão que guia este trabalho é “como o espaço geográfico e as relações de solidariedade interescalares e interinstitucionais desenham as redes do comércio justo no Sul do Espírito Santo no século XXI?”.

Para os autores, o campo exploratório se faz necessário pois faz parte do trabalho do geógrafo e permite observar questões que poderiam passar despercebidas em análises puramente teóricas e discursivas, objetivando não deixar “escapar uma parte essencial das realidades que ele tem a intenção de dar conta: aquelas que não são fruto da inteligência, mas da intuição, da sensibilidade, do gosto, da estética: aquelas que revelam a diferenciação qualitativa do mundo” (Claval, 2013).

Prevê-se, para as próximas etapas da pesquisa, mais trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas com as organizações relacionadas com a CAFESUL e o comércio justo no sul do estado.

3. Resultados e Discussão

É notório que o Estado brasileiro passou por processos de transformação e de reajustes estruturais, enquanto parte das exigências de grandes acordos com agências supranacionais de “des-envolvimento” (Porto-Gonçalves, 2023) e os mercados de café também tenham sido afetados por essas mudanças normativas, principalmente na década de 1990 (Frederico, 2013a). No período mencionado, a regulação dos mercados passou de um regime onde as estratégias eram politicamente alinhadas às estratégias estatais e favoreciam os países produtores, como lembra Frederico (2013a), para um novo regime de “desregulamentação” dos mercados, onde o café passa a ser regido por normativas internacionais, que no fim acabaram por favorecer aos países consumidores, como preços mais baixos para produtores e captura maior do valor para consumidores.

Segundo Castillo e Frederico (2010), os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação no espaço são dois pares analíticos que se originam da atividade produtiva dominante e seu movimento no espaço, visto o caráter estratégico

da circulação para Estados e empresas num mundo globalizado, no qual a produção está geograficamente distante do consumo. Estes conceitos, segundo os autores, são centrais para a compreensão da regulação e do uso dos territórios no contexto de um aprofundamento da divisão territorial do trabalho. Portanto, a compreensão do conceito de circuito espacial produtivo é sustentada pela suposição de que não há separação entre a produção e todas as outras etapas da reprodução capitalista, inclusas a produção, a distribuição, a circulação e o consumo final em um mesmo movimento.

Para os autores, a globalização se sustenta tanto na materialidade como na normatividade do espaço (Castillo e Frederico, 2010). No período da globalização, a logística, comunicação e a política são estratégicos para os Estados e para as empresas e estes trabalham conjuntamente para a consecução de seus objetivos. Segundo os autores, o par de conceitos garantem uma visão mais clara da interdependência entre os espaços produtivos, permitindo captar a unidade e a circularidade do movimento. Para eles, os círculos de cooperação no espaço são “a relação estabelecida entre lugares e agentes por meio do intermédio dos fluxos de informação” (Castillo e Frederico, 2010, p. 464).

Para Frederico (2013a), o novo regime de regulação da cafeicultura após o fim dos Acordos Internacionais do Café (AIC's) é um regime de regulação corporativo, o que faz coro com a constatação de Porto-Gonçalves (2023), e tantos outros, de que a regulação do Estado passa a ser substituída pela governança corporativa no período da globalização neoliberal, pautando, inclusive, as discussões ambientais. Segundo Porto-Gonçalves (2023, p. 303), o discurso de substituição da governança estatal pela governança corporativa se legitima através de uma retórica de suposta ineficiência dos governos e uma alta eficiência do mercado em conservar a biodiversidade e manejar sustentavelmente os recursos.

Segundo Frederico (2013b), essa regulação externa da produção faz parte do que o autor chama de “lógica das *commodities*”, originada de um novo padrão agrícola, chamado de “agricultura científica globalizada” pelo autor, e que condiciona a “submissão dos lugares da produção agrícola moderna a uma regulação externa, que condiciona as técnicas de manejo, os insumos utilizados, a logística, a disponibilidade de crédito e os preços” (Frederico, 2013b, p. 3). Esta colocação

remonta à Swyngedow (2018), quando este afirma que vivemos em um mundo com menos escalas de regulação do trabalho e da reprodução social e maior escala de organização da economia e das forças de produção do que no período anterior. Além disso, o autor lembra que há uma relação intrincada entre as corporações transnacionais e o território, sendo o processo de governança destas ideológico, ordenado e disputado na produção de “configurações escalares estratégicas” (Swyngedow, 2018, p. 82).

Yeung (1998) e Porto-Gonçalves (2023) chamam atenção para o fato de que os Estados nacionais e as fronteiras não se tornaram irrelevantes, como muitas vezes aparece na retórica neoliberal, e as corporações transnacionais também não são tão voláteis a ponto de se “deslugarizarem”. Muito pelo contrário, é a partir do lugar, ou melhor, do território, que estas se estabelecem fisicamente e desempenham relações sociais, ou seja, os fatores locacionais tem relação com o que o território tem a oferecer (infraestrutura, serviços, instituições, benefícios, isenções, normas, etc.) (Yeung, 1998).

Frederico (2013a), salienta que o Estado atua menos diretamente nos mercados do café a partir do surgimento do novo padrão agrícola da “agricultura científica globalizada” e há uma superação relativa do modelo agrícola da Revolução Verde. Neste novo regime, diferente tanto técnica como politicamente do anterior, as finanças e a informação exercem centralidade em seu funcionamento e organização e todo o sistema é denso em tecnologia e informação (Frederico, 2013a). Além disso, há uma tendência à primarização ou reprimarização dos territórios (Frederico, 2013b; Lamoso, 2020) e à regionalizações, devido ao fenômeno de especialização regional na produção de *commodities*.

Muito embora o Estado tenha tido parte de suas funções substituídas graças à interesses corporativos, ainda permanece enquanto um importante agente da organização, do uso e da regulação do espaço geográfico. Segundo Limonad (2014, p. 11), na década de 1990, o Estado brasileiro passa por mudanças em diversas instituições voltadas para a “regulação e à organização do espaço social” e também por um movimento de privatizações de empresas públicas dos setores de infraestrutura.

As grandes empreiteiras e corporações multi e transnacionais, assim, além de controlar as concessões de serviços de infraestrutura passam a competir por contratos de modernização, expansão e implantação dessas infraestruturas através de programas e políticas públicas licitadas pelos ministérios e financiados com recursos centralizados e canalizados pelos bancos públicos, com destaque para o BNDES, BNB e BASA (Limonad, 2014, p. 12)

Não era novidade a relação do setor público com empresas privadas no âmbito da implantação de infraestruturas e da licitação de grandes obras, segundo Limonad (2014, p. 12) a “novidade no caso, pode-se dizer, foi a institucionalização e regulamentação jurídico-legal dessa relação Estado-Empresa designadas de parcerias-público-privado, assumindo o Estado o papel de promotor, financiador e parceiro dessas intervenções”. Segundo Limonad (2014), o Estado tem uma lógica territorial explícita e é uma produção histórica, onde o poder que é exercido pelo e através do Estado é resultante das disputas de grupos hegemônicos e não-hegemônicos na sociedade, podendo agir mais ou menos conflitiva e contraditoriamente. Para a autora, em acordo com Lefébvre, o Estado se faz presente através da materialidade da produção do espaço (como na construção de infraestruturas e segmentação do território), no espaço social (legislações, normas, valores, idioma) e no espaço mental (simbólico, das representações, não inteiramente separado do espaço social).

A concepção de espaço geográfico de Santos (2023a) viabiliza a análise da dinâmica relação entre os objetos e as ações, acolhendo tanto o espaço físico, quanto o social e o simbólico. Para Santos (2023a), o espaço geográfico é um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2023a, p. 63), constituindo uma instância da sociedade, que é tanto condicionante como condicionada pela ação humana,

Em Santos (2023a), a globalização e a fragmentação dos territórios são dois movimentos pares, pois no movimento de globalização também é gestada a especialização regional na busca por eficiência e competitividade; considerando tanto fatores endógenos como a geologia e hidrologia, como a existência e possibilidade de

criação e recriação do meio técnico-científico-informacional, resultando em desenvolvimento geográfico desigual (Lencione, 2020) durante o processo de regionalização da globalização. Portanto, a afirmação de uma falsa tendência à “homogeneização da paisagem do capitalismo” pode estar relacionada à tendência de totalização empírica do espaço e do tempo no período da globalização, mas o fato geográfico é que o processo de globalização, e seu par fragmentação, se alimentam e produzem diferenciação espacial, em forma de configurações geográficas distintas, e são resultantes da lei do desenvolvimento desigual e combinado e da própria distribuição espacial dos recursos das economias (Santos, 2023a).

Neste sentido, concordamos com Haesbaert (2010, p. 4) quando este afirma que os processos de regionalização estão diretamente relacionados aos processos globalizadores e que as estratégias geográficas dizem respeito aos grandes atores dos interesses do capital financeiro, especulativo e mercantil, concebendo, portanto, também distintas rationalidades.

As áreas selecionadas pelos grandes atores da globalização para a implantação ou ampliação dos sistemas técnicos são dotadas de características internas e relacionais mais ou menos adequadas; e daí surge a necessidade de segmentar os espaços em áreas menores ou regiões – no sentido de através da incrementação da malha técnica em uma área, instalando equipamentos de infraestrutura de transportes e comunicação, por exemplo, ampliar-se o controle, a velocidade e a intensidade dos fluxos de capital (Santos, 2023a). Quanto mais o lugar está integrado ao mundo, mais denso em técnicas, mais articulado verticalmente e horizontalmente em diversas escalas está e maior interdependência exerce para com outros lugares para a sua existência e reprodução (Santos, 2023a).

Importante destacar que, segundo Santos (2023b), em uma elaboração de tipologia para as ações, muito embora o incremento na densidade técnica de determinado território, ou espaço habitado, tenha a função de criar uma fluidez virtual ao processo de circulação e acumulação do capital, a fluidez real se dá através da ação humana, no cotidiano, no local, cada vez mais informada e normatizada e atravessada por verticalidades e horizontalidades (Santos, 2023b, p. 138).

Ao conceber uma regionalização turística da Região Sul Capixaba dos Vales e Café (Região Sul Capixaba..., 2025), evidencia-se a intenção do governo do Espírito

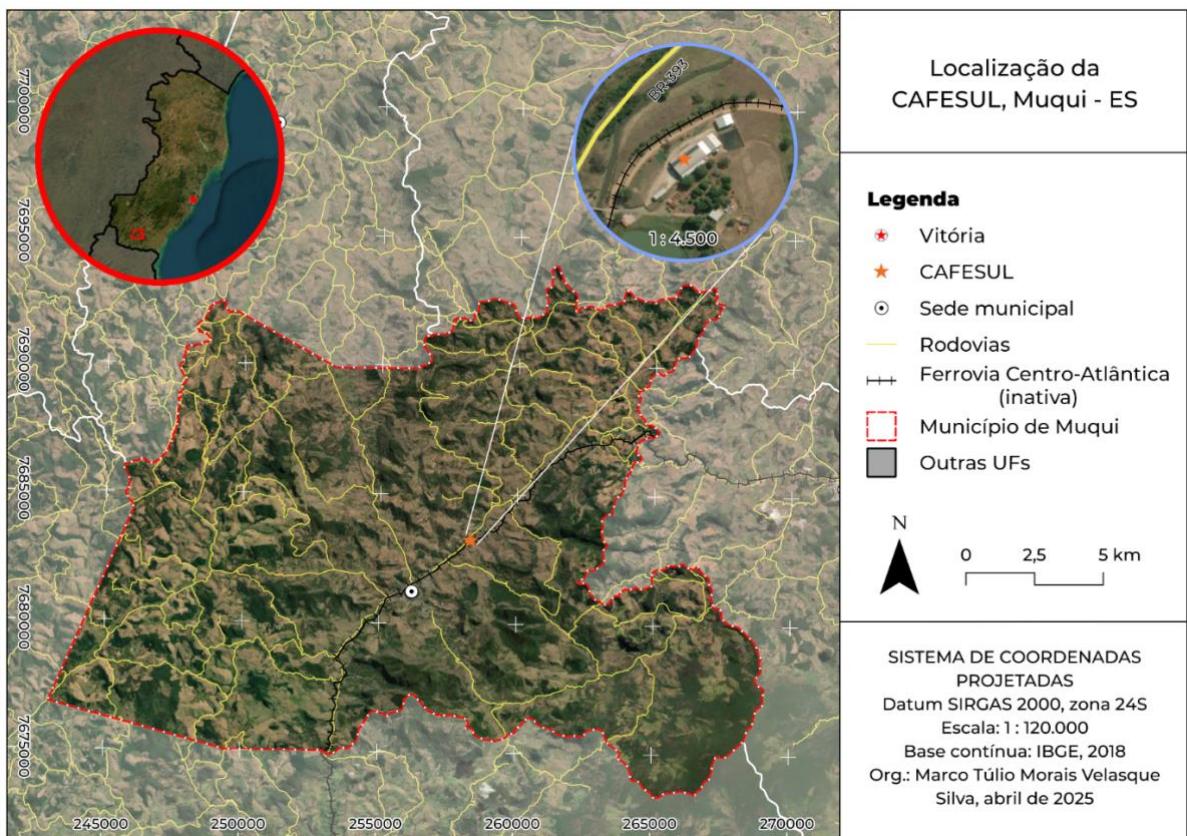
Santo de aplicar recursos, normas e programas através dela em forma de investimentos em infraestruturas e políticas públicas. O “Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cafeicultura do Espírito Santo” (Espírito Santo, 2024), por exemplo, atrai interesse de diversas organizações e corporações, como a *NetZero Green*, que é uma empresa parceira de grupos como a *Stellantis*, a *XPRIZE Carbon Removal Musk Foundation* e a *Nespresso*, e que recentemente anunciou a possível construção de uma fábrica de *Biochar*¹ no município de Muqui (mapa 01) em parceria com a CAFESUL (Conexão Safra, 2024; Sampaio, 2024).

Segundo o livro *A geografia do café* (IBGE, 2016), o Estado exerceu forte influência nas áreas com cafeicultura nas décadas de 1970 e 1980, visto sua relevância estratégica para a manutenção do superávit da balança comercial. Assim também fica retratado em Serra (2018), que disserta sobre como as ações estatais influenciaram e guiaram os rumos das cooperativas de café e da própria agricultura do Paraná, inclusive através de políticas de transição técnica, em última instância, para a produção de outra *commodity*, a soja. Segundo IBGE (2016), em meados da década de 1970, o que selou o sentido da migração da área plantada de café foi a grande geada de 1975. Segundo o IBGE (2016), já a partir de 1975 a cafeicultura nacional passa por uma reestruturação e reorganização territorial, exibindo sintomas de nova configuração, tendo o Paraná cedido espaço aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Segundo Taques e Dadalto (2007) e Pezzopane *et al.* (2009), a área aproximada da Região Sul Capixaba dos Vales e Café tem a sua maior parte inserida num polígono de aptidão para o cultivo do café conilon. Como no passado (IBGE, 2016), os zoneamentos agroclimáticos dão suporte e legitimam as ações estatais de financiamentos e investimentos no circuito do café na região sul.

Mapa 1: Mapa de localização da CAFESUL.

¹ Um tipo de carvão vegetal que passa por um processo de pirólise e é utilizado na agricultura com o objetivo de fixar carbono nos solos, criar um efeito esponja para a água e reduzir a acidez do solo.



Fonte: IBGE, 2023a.

Em se tratando do estado do Espírito Santo, este se destaca na produção de café canephora (robusta e conilon) e na participação da agricultura familiar na produção dos dois tipos de grãos, distinguindo-se dos demais produtores por essa última característica, como pode ser verificado na tabela 1. Esta característica, por sua vez, pode estar relacionada às relações de trabalho desempenhadas em seu território historicamente, onde houve predominância de camponeses e do sistema de parceria em pequenas propriedades, depois da abolição da escravatura, não originando um complexo cafeeiro como em São Paulo (Cano, 1985). Segundo Cano (1985, p. 298), a expansão da produção cafeeira para o Sul do Espírito Santo está relacionada à decadência da produção no Vale do Paraíba e a busca de condições ambientais mais favoráveis ao plantio, como os vales do Itabapoana e Itapemirim (Quintão, 2008, p. 44-45), no início do século XX.

Tabela 1: Quantidade produzida e relação de café da agricultura familiar no Brasil e nas Unidades da Federação em 2017.

Unidade da Federação	Total (ton)	% do total	Arábica	Canephora	Arábica (agricultura familiar)	Canephora (agricultura familiar)
Minas Gerais	1.435.587	60,91%	75,68%	2,60%	34,16%	51,40%
Espírito Santo	467.264	19,83%	6,04%	74,26%	57,59%	51,01%
São Paulo	209.598	8,89%	10,99%	0,60%	23,67%	18,41%
Bahia	117.569	4,99%	2,77%	13,73%	18,90%	18,44%
Paraná	62.586	2,66%	3,26%	0,26%	62,19%	34,20%
Rio de Janeiro	9.686	0,41%	0,51%	0,02%	52,16%	28,42%
Brasil	2.356.815	100%	79,79%	20,21%	27,80%	10,05%

Fonte: IBGE, 2019.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2023) alerta para desigualdade sobre a questão da distribuição desigual dos rejeitos das atividades produtivas ficarem com os países mais pobres, que geralmente são os principais fornecedores de alimentos e matéria prima para a indústria na atual organização do sistema-mundo. Rejeito, em Porto-Gonçalves (2023), é compreendido num sentido mais amplo do que matéria de descarte, mas também indução problemas como de saúde, ambientais, sociais, como a pobreza, enfim, o ônus não é distribuído igualmente para todos os lugares no cenário global, e muito menos os bônus.

Neste sentido, a rede *Fairtrade International* (2025), que tem como associada a CAFESUL, propõe ações em reconhecimento da situação das desigualdades entre o norte e o sul global, no sentido de valorização do trabalho dos agricultores familiares e solução dos problemas mais atinentes na produção das *commodities* através de um sistema de governança multi-nível de livre associação, de modelo *multi-stakeholder*, e incentivo ao associativismo e cooperativismo que implementa padrões éticos mais rígidos na cadeia produtiva. Por outro lado, o Governo do Estado (Espírito Santo, 2024), também tem incentivado a implantação de um modelo de governança para as lavouras capixabas, o 4C Services, da *Nestlé*, visando melhorar a qualidade do produto, a produtividade e ao mesmo tempo produzir melhores resultados sociais e ambientais.

Este modelo adotado pelo governo estadual se encaixa no padrão da Plataforma Global do Café (PGC) (Espírito Santo, 2024; 4C Services, 2023; Plataforma Global do Café, 2025), plataforma que vem aderindo outros sistemas de governança em um modelo padrão, muito embora não tenha o mesmo grau de

exigências do *Fairtrade International* e seja um modelo corporativo. O *Curriculum de Sustentabilidade do Café*, da Plataforma Global do Café (2025) aborda diferentes áreas temáticas e contém 122 práticas agrícolas, divididas entre *prioritárias, recomendadas e proibidas* e baseadas nos pilares ESG – ambiente, social e governança.

Porfim, observamos que a CAFESUL vem se destacando ao estabelecer relacionamentos e parcerias duradouros com o governo federal, governo estadual, instituições públicas, privadas e outras organizações (Conexão Safra, 2016; Sistema OCB/ES, 2016; Fairtrade International, 2025), e tem colhido resultados consistentes, como na última Semana Internacional do Café, onde os três primeiros colocados na categoria microlotes de café conilon são cooperados da CAFESUL (BR Fair, 2024).

Isto evidencia o que Castillo e Frederico (2010) chamaram de círculos de cooperação no espaço, onde há a cooperação entre múltiplos atores de diversas escalas e instituições na consecução do circuito espacial produtivo do café conilon. Segundo Castillo e Frederico (2010), através dos conceitos abordados acima, obtemos uma perspectiva da situação de cada fração do espaço em função da divisão territorial do trabalho, e, muito embora para a execução deste trabalho completa sejam necessários anos de pesquisa, aqui ensejamos o debate e operacionalização destes conceitos em uma escala reduzida.

4. Conclusão

Num novo contexto de desregulamentação dos mercados de café e de financeirização da agricultura, principalmente após o *boom* das *commodities*, apesar do Estado não ter mais centralidade na regulação dos mercados, ainda desempenha um importante papel no território, visto sua dimensão territorial não ter se esgotado, muito pelo contrário, assumiu funções importantes no processo de acumulação capitalista para o desenvolvimento das atividades, principalmente na promoção, financiamento e consecução de grandes intervenções, como as regionalizações, investimentos em infraestrutura e, mais especificamente, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cafeicultura do Espírito Santo.

Os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação no espaço são conceitos complexos e envolvem diversas etapas de identificação e caracterização, portanto, através de uma aproximação com a CAFESUL, procuramos apreender algumas destas relações espaciais, com destaque para o papel do Estado e de outras instituições como a rede *Fairtrade International* que, em colaboração com a cooperativa, produziram muitos resultados para os agricultores cooperados em contraposição ao modelo de produção de *commodities* convencional, canalizando e atraindo instituições e indústrias para o Sul do Espírito Santo ampliando qualitativamente o movimento de circulação do café.

5. Referências

4C SERVICES. **4C recognized by the Global Coffee Platform as equivalent to the Coffee SR Code, 3rd party assurance.** 2023. Disponível em: <https://www.4c-services.org/4c-recognized-by-the-global-coffee-platform-as-equivalent-to-the-coffee-sr-code-3rd-party-assurance/>. Acesso em: 20 abr, 2025.

BR FAIR. **Melhores cafés Fairtrade do Brasil são premiados e ganharão mercados mundiais.** 2024. Disponível em: <https://www.brfair.org.br/2024/12/24/melhores-cafes-fairtrade-do-brasil-sao-premiados-e-ganharao-mercados-mundiais/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CAFESUL. **Cooperativa dos cafeicultores do estado do Espírito Santo.** 2025. Quem somos. Disponível em: <https://www.cafesul.coop.br/quem-somos>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. 2, 1985. p. 291-306. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/162054>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3213/321327200004.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CLAVAL, P. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 17, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12414#tocto2n4>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Seag apresenta Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cafeicultura do Espírito Santo em evento internacional**. Vitória: Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, 2024. Disponível em: <https://seag.es.gov.br/Not%C3%ADcia/secretaria-da-agricultura-participa-de-evento-internacional-de-cafeicultura-exportacao-e-sustabilidade>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FAIRTRADE INTERNATIONAL. **What is Fairtrade?**, 2025. Disponível em: <https://www.fairtrade.net/en/why-fairtrade/what-we-do/what-is-fairtrade.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FREDERICO, S. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v. 3, n. 1, 2013a. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2463>. Acesso em: 12 set. 2024.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna. **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 17, 2013b. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8153?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FOLHA VITÓRIA. **Empresa francesa planeja investir R\$ 20 milhões em nova fábrica de biocarvão no Espírito Santo**. 2024. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/folha-business/empresa-francesa-planeja-investir-r-20-milhoes-em-nova-fabrica-de-biocarvao-no-espirito-santo/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **A Geografia do Café**: dinâmica territorial da produção agropecuária. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do->

territorio.analises-do-territorio/15784-a-geografia-do-cafe.html. Acesso em: 22 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Bases cartográficas contínuas**: Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15807-estados.html?edicao=37200&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 20 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 12 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**: Séries Históricas – 1960-2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1730>. Acesso em: 20 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. **World Coffee Statistics**. Disponível em: <https://ico.org/what-we-do/world-coffee-statistics-database/>. Acesso em: 12 set. 2024.

LAMOSO, L. Repimarização no território brasileiro. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LENCLIONE, S. O capital e seu espaço. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 44, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/26177>. Acesso em: 12 set. 2024.

LIMONAD, E. Estado, espaço e escala no Brasil, subsídios para a reflexão. **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: el control del espacio y los espacios de control.** Barcelona, 2014. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Ester%20Limonad.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

PEZZOPANE, J. R. M.; CASTRO, F. S. DE; PEZZOPANE, J. E. M.; CECÍLIO, R. A.; FERRARI, W. R.; MARIN, F. R. Zoneamento agroclimático do café para o estado do Espírito Santo. In: **VI SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL**: Inovação científica, competitividade e mudanças climáticas: anais. Vitória: Consórcio Pesquisa Café, 2009. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1151790>. Acesso em: 20 abri. 2025.

PLATAFORMA GLOBAL DO CAFÉ. **Curriculum de Sustentabilidade do Café (CSC)**. 2025. Disponível em: <https://www.plataformaglobaldocafe.com.br/biblioteca>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

REGIÃO SUL CAPIXABA DOS VALES E CAFÉ. **Região Sul Capixaba dos Vales e Café é Certificada pelo Governo do Estado**. 2025. Disponível em: <https://valesecafe.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SAMPAIO, E. **Cafesul oficializa parceria com NetZero para produção de biochar**. Folha Vitória, 2024. Disponível em: <https://conexaosafra.com/cafeicultura/cafesul-oficializa-parceria-com-netzero-para-uso-de-biochar/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023a.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023b.

SERRA, E. Cooperativas do café no norte do Paraná: trajetória e evolução. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 18, n. 29, p. 89-111, abr., 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W2941074408>. Acesso em: 20 set. 2024.

SISTEMA OCB/ES. **Projeto de Expansão da Infraestrutura, do Beneficiamento e da Comercialização da Cafesul em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o BNDES rende bons frutos.** 2016. Disponível em: <https://portal.ocbes.coop.br/pt/publicacoes/noticias/projeto-de-expansao-da-infraestrutura-do-beneficiamento-e-da-comercializacao-da-cafesul-em-parceria-com-a-fundacao-banco-do-brasil-e-o-bndes-rende-bons-frutos/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SOUZA, M. L. Ambiente. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a55738>. Acesso em: 15 out. 2024.

TAQUES, R. C.; DADALTO, G. G. Zoneamento agroclimático para a cultura do café conilon no Estado do Espírito Santo. In: FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A. da.; BRAGANÇA, S. M.; FERRÃO, M. A. G.; DE MUNER, L. H. (Ed.). **Café Conilon**. Vitória: Incaper, 2007. 50-63 p. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/handle/item/695?mode=full>. Acesso em: 20 abr. 2025.

YEUNG, H. W. Capital, state and space: contesting the borderless world. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 23, n. 3, p. 291–309, 1998.

QUINTÃO, L. C. **A interiorização da capital pela estrada de ferro sul do Espírito Santo.** 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: <https://observatoriidoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Outras/Teses/LeandroQuintao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.